

Trabalho



Opinião

Aumentar pressão em Brasília contra as MPs 664 e 665

Diante da proximidade da votação, no Congresso Nacional, das MPs 664 e 665, que promovem alterações em direitos trabalhistas e sociais (seguro-desemprego, abono salarial, auxílio-doença, pensão por morte, seguro-defeso e auxílio-reclusão), a Força Sindical e as demais Centrais vão intensificar, no Distrito Federal, a pressão para sensibilizar os parlamentares sobre a necessidade de as medidas serem revogadas para que não penalizem, com seus impactos nefastos, milhões de trabalhadores brasileiros.

Não podemos ficar simplesmente assistindo,

impassíveis, a retirada de direitos, e correr o risco de que mais e mais medidas, sob a alegação de serem necessárias para promover um ajuste fiscal e sanar os cofres públicos, sejam editadas, prejudicando justamente a parcela mais vulnerável da população.

As Centrais vão realizar, em Brasília, uma vigília pela não aprovação das MPs. As MPs são equivocadas. Ao dificultar o acesso ao seguro-desemprego, por exemplo, o governo penaliza os trabalhadores no momento em que eles mais necessitam: quando perdem seus empregos. Se aprovadas, as MPs vão contribuir, e muito, para o aumento das desigualdades sociais no País.

Miguel Torres
Presidente da Força Sindical



MARÇO MULHER

Trabalhadoras nas ruas por direitos e contra a violência

Intensificar a luta pela revogação das MPs que retiram conquistas históricas da classe trabalhadora

Trabalhadoras das mais diversas categorias filiadas à Força Sindical participaram, no último dia 30, da passeata organizada pela Secretaria Nacional da Mulher da Central para fechar as comemorações do Março Mulher. Sindicatos e Federações realizaram manifestações ao longo do mês para homenagear as mulheres pelo seu Dia Internacional (8

de março). “Temos muitos desafios pela frente e escolhemos manter o foco em alguns temas para que nossas reivindicações sejam atendidas”, explica Maria Auxiliadora dos Santos, secretária da Mulher da Central.

As mulheres saíram em passeata da sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na rua Galvão Bueno, Liberdade, e foram até o Pátio do Colégio. Os temas definidos para este ano foram: pelo fim da violência contra a mulher; contra o assédio moral e sexual; pela igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho; pela revogação das Medidas Provisórias 664 e 665, que limitam o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial, ao segu-



Passeata de trabalhadoras da Força, com o presidente Miguel Torres ao centro

Foto:Tiago Santana

ALIMENTAÇÃO

Protestos em frente à empresa J. Macedo

Trabalhadores da J. Macedo, no Jaguaré, pararam na 2ª feira (30) contra uma atitude tomada pela empresa no dia 28. “Primeiro, a empresa mandou todos os funcionários jantarem no mesmo horário. No retorno, os empregados foram comunicados de que haviam sido encontrados pedaços de vidro na massa de bolo e que todos deveriam ir para casa”, disse Carlos Augusto, o Serrote, diretor do Sindicato da Alimentação de São Paulo.

O Sindicato fez uma assembleia em frente à fábrica, colocou os trabalhado-



Foto:Jaécio Santana

Serrote: “São 180 trabalhadores da empresa que podem perder seus empregos”

res em um ônibus e foram até o escritório da empresa para pressionar a direção a negociar. “São 180 trabalhadores que podem perder seus empregos, pois existe um agravante: a fábrica está de mudança para São José dos Campos. E sem os atuais trabalhadores”.

FARMACÊUTICOS

Luta para melhorar o ganho real

Os farmacêuticos do Estado estão aguardando a divulgação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para continuar a negociação da Convenção Coletiva da categoria (data base em 1º de abril).

“A estimativa é que o INPC seja de 7,99%. Depois do resultado oficial do índice continuaremos a mobilização para obter avanços mais consistentes e a melhora da proposta patronal, visto as reais condições e o faturamento constatado no setor”, declara Sérgio Luiz Leite, presidente da Fequimfar (Federação dos Químicos).

Na última reunião de negociação, os patrões apresentaram contraproposta de reajuste de 8,5% (0,47% de aumen-



Foto: Arquivo Ferquimfar

Serginho: “Conhecendo o INPC oficial, vamos em busca de mais avanços”

to real) para a faixa até R\$ 7.119,00. Para quem recebe acima desse valor, a proposta é um valor fixo de R\$ 605,00.

NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

fsindical.org.br

facebook.com/CentralSindical

imprensa@fsindical.org.br

flickr.com/photos/forca_sindical

twitter.com/centralsindical

youtube.com/user/centralsindical

SINDICALIZE-SE

PARTICIPE DO SEU SINDICATO!